

**PARECER JURÍDICO**

PROCESSO SCDOC Nº 4204/2018

INTERESSADO: Diretoria Executiva da CEGÁS

**EMENTA:** *Direito Privado – Societário – Análise do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS. Fundamentos: Constituição Federal/88, Lei Federal nº 6.404/1976, Estatuto Social da CEGÁS e Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS. Competência do Conselho de Administração.*

<b>DOS FATOS</b>
------------------

Trata-se de solicitação da Diretoria Executiva desta Companhia para análise e emissão de Parecer Jurídico acerca do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS.

Para a instrução do processo, consta nos autos a seguinte documentação:

- I. À fl. 02, Justificativa exarada pela Assessora da Diretoria/PR, expondo a necessidade da alteração no programa:

*“Diante do exposto, faz-se necessário submeter à aprovação do Conselho de Administração dos Programas de Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados e de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS.*

*Vale ressaltar que, os Programas ora apresentados relativos aos exercícios de 2018 e 2019, terão como base as Metas Corporativas do Exercício 2018, contidas na Revisão do Planejamento Estratégico, que foram aprovadas na 159ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no*

*dia 22/01/2018, e as Metas Corporativas do Exercício 2019, as quais, quando aprovadas, serão incorporadas ao mesmo sob forma de anexo.”*

- II. Às fls. 03/07, Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS vigente, aprovado pelo Conselho de Administração da CEGÁS, em 31/01/2017;
- III. Às fls. 08/12, Minuta do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS – Exercícios de 2018 e 2019.

Foram os fatos.

Passamos a análise.

## DO DIREITO

O Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS tem como objetivo reconhecer a contribuição dos Diretores aos resultados da CEGÁS, regendo-se pelo instrumento que especifica, regulamenta e define regras, procedimentos e outros detalhes do funcionamento do PPL durante o seu período de vigência.

Inicialmente, faz-se necessário mencionar que os dirigentes de sociedade de economia mista são investidos em seus cargos ou funções na forma que a lei ou o seu estatuto estabelecer, mas a destituição da Diretoria ou do Conselho pode ser feita a qualquer tempo.

O pessoal da sociedade de economia mista - dirigentes e empregados - regem-se sempre pelas normas trabalhistas e leis previdenciárias e acidentárias comuns, conforme disposto na Constituição Federal, artigo 173, § 1º, *in verbis*:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

Os diretores, a exemplo dos empregados, também podem perceber bônus, a título de participação nos lucros e resultados (PLR), tendo como regime a ser observado aquele constante da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), e não o previsto na Lei nº 10.101/00, que trata de PLR dos empregados.

Nesse sentido, o disposto na Lei nº 13.303/2016, abaixo:

Art. 16. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, **o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.**

Parágrafo único. **Consideram-se administradores** da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.

Por sua vez, essa forma de bônus encontra amparo legal na Lei nº 6.404/1976, desde que atendidos os requisitos constantes dos dispositivos abaixo transcritos:

Art. 152. **A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores,** inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

§ 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, **pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1(um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor.**



**§ 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202.**

Assim, o legislador, previu a possibilidade de pagamento de bônus, a título de participação nos lucros, aos administradores das Companhias que, em razão do disposto no estatuto, paguem dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido (ou mais) a seus acionistas, e desde que este não ultrapasse a remuneração anual dos administradores, e nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite menor.

Por fim, no âmbito dos normativos internos que regem a CEGÁS, há previsão estatutária de que é assegurado aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício, *in verbis*:

Art. 36. É assegurado aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

### CONCLUSÃO

Isto Posto, considerando os normativos pátrios e internos da Companhia, opina esta Assessoria Jurídica pela aprovação do Programa de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS, após deliberação do Conselho de Administração, com fundamento na Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS, e no art. 15, inciso XXIII, do Estatuto Social da CEGÁS.

É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2018.

De acordo:

  
**SUYANNE PEDROSA**  
ASJUR – CEGÁS

  
**GEOVANA FRÓES**  
ASSESSORA JURÍDICA